

anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA



anos
fundação
da cidade

REVISTA NÓS

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO ART DÉCO DE GOIÂNIA: LIMIAR ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS PATRIMONIAIS, O DESEJO DE MODERNIDADE E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

DOSSIER OF ART DECO LISTED HERITAGE OF GOIÂNIA: THRESHOLD BETWEEN PATRIMONIAL PUBLIC POLICIES, THE DESIRE FOR MODERNITY AND IDENTITY CONSTRUCTION

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10733510>

Envio: 12/12/2023 ♦ Aceite: 23/12/2023

Sandra Catharinne Pantaleão Resende



Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UnB). Mestre em Mestre em Geografia - Dinâmica Socioambiental, e pela Universidade Estadual de Londrina (2010). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás (2006) e em Artes Visuais - habilitação Design Gráfico pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2000). Professora Efetiva do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás. Professora Assistente I da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: sandra.resende@ueg.br

Paulo Afonso Tavares



Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Ciências da Religião e mestrando em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (PUC Goiás) e Filosofia (Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG). E-mail: jor.pauloafonso@gmail.com

Júlia Souza Abdallah Mynssen



Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás (2023). E-mail: souzaabdallah@gmail.com



anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA



anos
fundação
da cidade

Detalhe do gradio do Lyceu de Goiânia, Setor Central, Goiânia
Foto: Diadorim João Da Silva Viegas, 2023

INTRODUÇÃO

O tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico de Goiânia completa duas décadas em 2023, sendo um marco na história da preservação cultural da cidade, mas merece algumas reflexões e ampliações suscitando debates sobre as políticas urbanas patrimoniais. Apesar do tombamento do traçado urbano e elementos e edifícios Art Déco a nível federal, a preservação e salvaguarda da paisagem ainda enfrentam desafios, especialmente diante do desenvolvimento urbano e da falta de urbanidade no núcleo pioneiro, especialmente no Setor Central. A necessidade de equilibrar as transformações da paisagem urbana e a manutenção de seu patrimônio cultural é um desafio constante. A busca por estratégias eficazes para conciliar crescimento urbano e ações patrimoniais é crucial para garantir o legado histórico de Goiânia e sua importância como materialização do ideário moderno e o desejo de modernidade em voga à época de sua criação.

Em 2003, foi proposto pelo governo municipal, o tombamento a nível federal do traçado urbano do núcleo pioneiro e de edifícios e monumentos Art Déco públicos. A justificativa apoiou-se na própria história e concepção de Goiânia, calcada pela efervescência do pensamento moderno e a prospecção de futuro em busca de melhores condições de vida. As documentações anexas ao pedido Processo 1500-T-2002 (IPHAN, 2003) reforçam o discurso de origem da cidade levando ao tombamento nos quatro livros de Tombo (3 deles em 2005) o que resultou no *Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia*, composto por 22 edifícios e monumentos públicos da cidade, do traçado urbano do centro da cidade juntamente com o de Campinas.

Mais do que remeter à preservação do acervo arquitetônico e urbanístico tem-se a manutenção da histórias e das memórias da cidade. Com a celebração de seus 90 anos, é essencial refletir não apenas sobre sua história e desenvolvimento, mas também sobre seu compromisso contínuo com a preservação e a valorização de seu patrimônio cultural e suas prospecções acerca do centenário de uma cidade planejada no século XX. A celebração não é apenas um marco temporal, mas um momento de reflexão sobre o legado para as futuras gerações bem como as possíveis ampliações e reflexões sobre as políticas patrimoniais e como detém de historicidade, história e identidade¹.

Deve-se ressaltar a relação entre paisagem e patrimônio e os desafios da conservação do existente. Isso porque, no final do século passado, as políticas de patrimônio passaram a considerar as cidades e as áreas urbanas e não apenas os edifícios excepcionais. Castriota (2003) menciona os termos “patrimônio urbano” e “conservação integrada” visando, sobretudo, a articulação das políticas patrimoniais com o planejamento urbano e regional.

RESUMO: Goiânia, cidade planejada, detém de reconhecimento na urbanística moderna por apresentar em sua forma urbana o desejo de modernidade do início do século passado. Representa, desse modo, a concretização de um período importante da história urbana brasileira o que, por vezes, sobrepõem-se à sua identidade. O discurso oficial buscou reafirmar essas características ao apresentar os argumentos para o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico Art Déco e seu reconhecimento como patrimônio cultural em 2003. Apesar do êxito nesse propósito, houve pouco avanço nas políticas públicas patrimoniais que buscassem salvaguardar a própria história urbana, sendo indispensável observar outras camadas que conformam a paisagem urbana e os fenômenos que desencadearam transformações, apontando reflexões sobre memória e patrimônio na construção de narrativas históricas.

Palavras chaves: Goiânia, políticas patrimoniais, Art Déco.

ABSTRACT: Goiânia, a planned city, has recognition in modern urbanism for presenting in its urban form the desire for modernity of the beginning of the last century. It represents, in this way, the materialization of an important period of Brazilian urban history, which, at times, overlap with its identity. The official discourse sought to reaffirm these characteristics by presenting the arguments for the listing of the Art Deco architectural and urban complex and its recognition as a cultural heritage in 2003. Despite the success in this purpose, there has been little progress in public heritage policies that seek to safeguard urban history itself, and it is essential to observe other layers that make up the urban landscape and the phenomena that triggered transformations, pointing out reflections on memory and heritage in the construction of historical narratives.

Keywords: Goiânia, patrimonial policies, Art Deco.

¹ Os termos aqui adotados apoiam-se nas reflexões Hartog (2006): historicidade refere-se a como cada sociedade trata ou lida com seu passado ou como a consciência de comunidade se processou em cada sociedade; em relação à temporalidade, reconhece-se a pluralidade do tempo social

relativos à diversidade de culturas, contribuindo para a relativização da própria história e constatação da heterogeneidade do espaço urbano. Quanto ao termo identidade tem-se as reflexões de Nora (1993), Pollak (1989), Le Goff (1999), Delgado (2006) e Pesavento (2020).

Nesse sentido, o presente artigo discorre sobre as possíveis convergências e dissonâncias entre o Dossiê de Tombamento, as políticas patrimoniais municipais frente aos desafios da gestão pública visando a salvaguarda e, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento urbano. Nesse ínterim, busca-se um compasso entre as dinâmicas urbanas e as ações de conservação do existente, perpassando pelas relações entre memória e lugar.

CONTEXTUALIZANDO: MEMÓRIA, HISTÓRIA, NARRATIVA E PATRIMÔNIO

A abordagem deste artigo visa enfatizar a relevância de investigar e preservar as narrativas e memórias ligadas aos locais como a cidade de Goiânia, desempenhando um papel crucial na preservação da diversidade dos lugares. Esse esforço contribui significativamente para conferir identidade às comunidades e fortalecer o senso de pertencimento em suas diversas feições. A análise das narrativas e memórias associadas aos lugares, instituições e comunidades permite resgatar sua história e significados, promovendo uma compreensão mais profunda de sua evolução ao longo do tempo.

Ademais, considera-se imprescindível o diálogo entre as ações patrimoniais e as de planejamento urbano, tendo em vista a conservação integrada. Essa noção, que abarca a dimensão urbana do patrimônio cultural, reporta-se às ações de intervenção da cidade por partes e o resgate de sua tessitura histórica. Como aponta Pesavento (2020), o espaço urbano é constituído por múltiplas temporalidades e, conseqüentemente, sentidos diversos. Tem-se duas as formas de representação do passado: a memória e a história. Busca-se, por meio desta última, a cristalização do tempo ou a permanência do passado ainda que seja uma versão do vivido e, por vezes, memória está subordinada a essa condição, uma vez que o objetivo é resgatar as marcas do passado. Ao observar a narrativa do Dossiê de Tombamento do Acervo Art Déco arquitetônico e urbanístico de Goiânia, tem-se a construção de sua historicidade mediante esses recursos. Nesse sentido “[...] ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história” (Pesavento, 2020, p. 11). Ao enaltecer a gênese de Goiânia, tem-se a constituição de uma narrativa que a torna um símbolo e experiência concreta do pensamento da época: a modernização do espaço urbano e a instituição de um estilo arquitetônico capaz de representar as transformações daquele período. No entanto, coloca-se em debate: a exaltação dos feitos históricos corrobora para descrever as transformações pelas quais a cidade passou, ou de que maneira o tempo social está contemplado nesses discursos, isto é, temporalidades distintas, reconhecendo a heterogeneidade da cidade e suas dinâmicas?

Ainda que haja a busca por ampliar o debate, observa-se esforço da gestão pública na salvaguarda de uma memória coletiva, ou seja, o modo pelo qual uma

comunidade passa a construir e a transmitir seu passado mediado pelas óticas institucional e cultural. Em relação a isso, a autora aborda os dispositivos públicos para alcançar seus objetivos: o uso da educação, da cultura e da mídia, uma vez que há a seleção e fixação daquilo que se deseja lembrar e, por conseguinte, o que pode ser esquecido. Em outras palavras “[...] uma cidade, pois, inventa seu passado e cria seu futuro para explicar o seu presente” (Pesavento, 2020, p. 14). Posto isto, tem-se o dilema entre as permanências e as transformações da cidade na dimensão espaço-tempo e como ocorreu seu processo de estruturação, considerando a dinâmica urbana. É possível, nesse sentido, descrever a cidade apenas por suas estabilidades ou durabilidades em que os edifícios de valor histórico e arquitetônico tem relevo? Ou, deve-se considerar as dinâmicas às camadas históricas, propiciando leituras que incorporem os muitos silêncios e lacunas, permitindo a coexistência de múltiplas temporalidades?

A partir destas questões, tem-se uma investigação focalizada e situada no patrimônio da cidade de Goiânia, em que se destaca a história cultural, as relações com o estilo arquitetônico Art Déco, a construção da memória coletiva e a relação social da população com seu patrimônio. Corresponde a uma leitura acerca da patrimonialização e de que maneira adota-se uma sinergia com a aprendizagem, ou seja, o reconhecimento da cidade como um patrimônio herdado (Pesavento, 2020). Para tanto, são consideradas suas influências na formação da memória coletiva e no exercício da cidadania plena ao se permitir a construção de identidades e discursos, e, especialmente, a valorização das diferenças, elemento essencial para uma sociedade mais inclusiva.

No que diz respeito à cidade de Goiânia, a memória coletiva institucionalizada é representada pela arquitetura Art Déco, presente em seu centro pioneiro, concentrada nos primeiros edifícios públicos, tais como o Palácio das Esmeraldas, o Grande Hotel, o Teatro Goiânia, a Estação Ferroviária e os monumentos da Avenida Goiás e da Praça Cívica. No entanto, nota-se a desvalorização desse patrimônio e a atuação do mercado imobiliário que pulsa pela cidade, baseado em uma ideia de novo circunscrita ao apagamento da memória, visando, em certa medida, evocar o desejo de modernidade² como meio de superação do antigo.

Acrescenta-se ao debate, as ideias de Santos (2006), ao destacar que:

Cada lugar é, a sua maneira, o mundo (...). Mas, também cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.

Santos (2006) explora a interligação entre locais e memória, enfatizando a variedade de aspectos e significados associados à diversidade de lugares e memória. Ele sugere que cada local possui uma singularidade própria em sua existência. Esta, muitas vezes, é moldada pela memória coletiva de uma

² Em relação ao desejo de modernidade considera-se as reflexões de Manso (2001).

comunidade ou cultura, influenciando de maneira significativa a identidade de um lugar. Ao longo do tempo, os locais acumulam memórias, o que os tornam distintos uns dos outros.

Além disso, a noção de que cada lugar está intrinsecamente conectado ao mundo sugere que a memória de um local não é independente, ao contrário ela está integrada ao contexto global e à história mais abrangente. Santos (2006) ressalta que, à medida que um local se torna mais inserido em um contexto global, ele também se torna mais singular em sua identidade. Deste modo, a memória desempenha um papel fundamental na diferenciação entre os locais e suas relações com o mundo que os circunda.

Trata-se não apenas de articular a preservação dos monumentos ou das excepcionalidades, mas abarcar políticas patrimoniais que considerem a dimensão educacional e a conservação integrada do patrimônio urbano, entendendo-o como a paisagem socialmente construída e dotada de diversas e múltiplas temporalidades.

Paul Ricoeur (2012) destaca a organização narrativa como fator que confere à temporalidade sua natureza humana. O ato de contar histórias ganha destaque ao delinear a experiência temporal. Segundo o autor, a narrativa tem sido e continua sendo crucial no dia a dia, influenciando a percepção do tempo e as experiências individuais. As narrativas, tanto sociais quanto individuais, desempenham papel fundamental na construção das histórias pessoais, moldando a memória e as tradições orais, enquanto refletem as tendências sociais.

Neste sentido, Pierre Nora (2012), aponta que:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.

O autor argumenta que o passado é "decididamente inerte", sublinhando que não mais reside ativamente na consciência das pessoas. Essa percepção indica a ideia de que tradições e costumes outrora fundamentais para a cultura estão em rápida decadência (NORA, 2012). O autor destaca a sensação de que o passado está se distanciando cada vez mais ao observar o enfraquecimento das tradições e da memória cultural. É uma reflexão aprofundada sobre como a velocidade das mudanças na sociedade moderna está influenciando a relação com o passado, a memória e a identidade, o que motiva essa pesquisa, notadamente ao apontar caminhos para as práticas patrimoniais em Goiânia.

Na Conferência do Habitat III (Nações Unidas, 2015), em Quito, foi apontado que a paisagem histórica urbana se estende além da noção de centro ou conjunto ao abarcar o contexto urbano em sua dimensão mais ampla, buscando incluir

não só sua morfologia, mas também sua estrutura urbana e as correlações socioespaciais e temporais. Tem-se a abordagem da diversidade e da identidade considerando as práticas e valores socioculturais, processos econômicos e as dimensões intangíveis. A conservação urbana está relacionada aos processos de planejamento com o objeto da preservação de valores e dos recursos culturais por meio da conservação da integridade e autenticidade do patrimônio urbano, enquanto bens culturais intangíveis tendo em vista a participação popular. Em outras palavras, as indicações das Nações Unidas presumem a gestão do patrimônio que, no Brasil, conforme Castriota (2007) esmera-se muito mais na preservação do que na conservação integrada uma vez que a dimensão urbana nem sempre está em consonância com as políticas patrimoniais.

Castriota (2007) retoma o celebre artigo de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, escrito em 1986, indicando os desafios das políticas patrimoniais brasileiras, uma vez que predomina a aplicação do tombamento como instrumento de proteção dos bens públicos. Estes, por sua vez, são vistos como excepcionais, cuja responsabilidade de salvaguarda limita-se à atuação do Estado, assumindo o papel de protagonista as práticas patrimoniais. Os profissionais envolvidos são majoritariamente arquitetos e historiadores cujas ações foram historicamente constituídas com o próprio estabelecimento das políticas de preservação com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na década de 1930.

Isso implica em uma abordagem distante das práticas atuais, uma vez que não são consideradas: a ampliação do conceito de patrimônio e seu diálogo com o planejamento urbano e regional e a falta de uma conciliação entre preservação e desenvolvimento urbano efetivamente. Tem-se, desse modo, resultados controversos aos objetivos propostos nas práticas tidas como conservação integrada. Em sua maioria, partes da cidade são convertidas em museus, com perda das relações locais, levando à gentrificação daquelas áreas alvo das ações de conservação ou, por outro lado, seu completo abandono à medida que as permanências sobrepujam as transformações.

Em suma, tem-se a preservação em contraponto à modernização, prevalecendo a "narrativa ortodoxa" da história como lembra Castriota (2007), ressaltando aquilo que seria digno de rememoração por meio de fatos ou excepcionalidades arquitetônicas e aqueles a ser esquecidos. Por vezes, prevalecem valores estéticos à medida que o estilo arquitetônico prepondera sobre as características documentais da cidade somadas à imposição de uma identidade nacional ao invés de incorporar a sua construção social. Implica, desse modo, a seletividade do que deve ser preservado ainda que o conceito de patrimônio tenha sido ampliado em meados dos anos 1960 que, segundo Choay (2001), passou a abarcar as dimensões temporal, tipológica e geográfica. Castriota (2007), por sua vez, destaca o conceito de patrimônio ambiental urbano: a paisagem urbana em seu conjunto e seus processos à medida que as relações

entre os bens pressupõem uma qualidade ambiental e urbanidade do tecido urbano.

Em Goiânia, especificamente, sua constituição reflete também a preservação da antiga capital Goiás, reforçando as tensões entre permanências e desenvolvimento econômico. Mendonça (2008) assinala que o Decreto nº 3.359 de 18 de maio de 1933, além de definir o sítio de implantação da cidade, determinou a preservação de Vila Boa, atual cidade de Goiás e à época, capital do Estado. Havia uma preocupação de evitar sua decadência, sendo sua proteção um meio de garantir a construção da nova capital sem destruir a *urbe* existente. O desejo de modernidade, que orientou a construção da cidade, baseou-se nas ideias urbanísticas vigentes à época e às contingências históricas.

O DESEJO DE MODERNIDADE: A FORMA URBANA DE GOIÂNIA E O ART DÉCO

Goiânia possui genes de cidade nova (Trevisan, 2020) por deter de um projeto e um projetista e com função definida, sendo fruto do desejo de Pedro Ludovico Teixeira, interventor à época. Cidade “criada”, “uma ideia” e função principal: administrativa, mediante o desejo de modernidade, tema analisado por Guimarães (2021), Manso (2001; 2018), Gonçalves (2003), Daher (2003), Diniz (2007; 2021), entre outros, em que a expressão Art Déco detém de forte simbolismo. Para alguns autores esse estilo simboliza o próprio projeto nacional do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, pois detinha de elementos que perpassavam o ideário moderno almejado para o país naquele momento. Os autores ressaltam os esforços para concretizar o projeto da cidade planejada e a análise da proposta inicial, de autoria de Atílio Correa Lima e as alterações posteriores quando a coordenação do projeto e execução das obras passaram ao escritório Coimbra Bueno Ltda.

O projeto para a cidade nova e a transferência da capital articulavam-se com as ideias urbanísticas que circulavam nos grandes centros urbanos, visando a modernização do país, associado à atuação do Estado no controle e venda de terras. Esse discurso, presente na história oficial da cidade desde seu batismo cultural, é o principal argumento do Dossiê de Tombamento (Manso, 2004). No entanto, ao revistar as fontes documentais, observa-se que pouco alude às contribuições de diversos profissionais, às dinâmicas do território e pouco são explicitadas outras manifestações arquitetônicas na constituição da paisagem urbana de Goiânia, como a arquitetura eclética e a moderna, como bem abordam Borges (2023), Caixeta (2019), Moura (2018) e Silva Neto (2022).

Reis (2014) descreve o Art Déco como estilo oficial a ser adotado tanto para marcar a estruturação da administração pública quanto para representar a modernização do país. Houve, portanto, a definição de arquitetura atrelada ao poder vigente (1930-45) capaz de representá-lo e difundir uma nova tradição calcada por um “estilo historicista despojado”. Desse modo, a Revolução de 1930 centrou-se em conferir uma identidade ao Estado Novo, principalmente pela definição de orientações para a elaboração dos projetos de edifícios

públicos e que, segundo o autor, adotou três correntes: o neocolonial, o *art déco* e o modernismo corbusiano, conforme a preferência dos órgãos aos quais os edifícios se vinculavam. Era nítido o desejo de modernidade, o afastamento das tradições e da visão progressista, repercutindo em uma arquitetura oficial, principalmente via *art déco*, pois era uma linguagem arquitetônica “[...] portadora de uma iconografia de fácil entendimento, sobretudo do moderno, foi a de que forma até sublimar e imagetivamente, identificou a ‘arquitetura estatal’ do período varguista – que como ela, não era nem tão conservadora e nem tão rupturista assim”.

Do ponto de vista da cidade, prevaleceu a forma urbana clássica, reforçando as características estéticas do academicismo mais do que os preceitos modernos em discussão nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Para Rego (2019), a urbanística academicista busca conferir monumentalidade à paisagem, tendo em vista aspectos estéticos articulados aos preceitos higienistas. Goiânia, desse modo, foi concebida neste contexto: circulação de ideias para cidades novas e remodelação dos centros urbanos existentes com vistas à modernização e à industrialização do país. Acrescenta-se também a adoção de medidas para estruturação das áreas urbanas, condenando o traçado colonial, devido às suas limitações de crescimento.

A nível nacional, as motivações para a transferência da capital estavam postas e coincidia com as intenções do interventor Pedro Ludovico Teixeira, em oposição às oligarquias, possibilitando a interiorização do país por meio da política Marcha para o Oeste, sendo Goiânia considerada a primeira realização urbanística de peso para as pretensões varguistas. Desse modo, tem-se uma cidade nova de fronteira (Ribeiro, 2004), proporcionando o deslocamento do eixo econômico agroexportador para um polo industrial, estimulando fluxos migratórios para as áreas urbanas recém-criadas. Goiânia, nesse contexto, somada a outras cidades novas, representava a expansão do capitalismo e uma nova era econômica e de integração nacional, além de disseminar as ideias mais modernas da época, reforçando o caráter inovador pretendido pelos agentes públicos. Com isso, a cidade em si expressa o desejo de modernidade, conforme aponta Manso (2001) e desempenha uma dupla função: econômico-social ao estimular a produção e dinamização econômica e político-administrativa – sede do governo estadual.

O arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima esboçou seu plano urbanístico, buscando atribuir-lhe ares de modernidade, refletindo na proposta de largas avenidas arborizadas, assim como as praças e previsão de parkways, incorporando os cursos d’água em sua paisagem urbana com claras influências do *City Beautiful*. Além da proposta urbana moderna, o arquiteto, recém-chegado da França, também esboçou os primeiros edifícios, os quais constituem parte do acervo arquitetônico, urbano e paisagístico da cidade, tombado na esfera federal em 2003, pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional – IPHAN. Dentre eles, destaca-se o Grande Hotel, localizado na esquina da Rua 3 com a

Avenida Goiás, marcando a ocupação inicial da cidade (figura 1) juntamente com o traçado radiocêntrico e a proposição de espaços públicos (figura 2).



Figura 1: Goiânia em 1937, destaque ao Grande Hotel. Fonte: IBGE (1942) com alteração dos autores, 2023

Figura 2: Perspectiva da Praça Cívica de autoria da firma Coimbra Bueno. Fonte: IBGE (1942)

Entre a escolha do sítio e a implantação da nova capital de Goiás, houve a formulação de uma paisagem urbana vinculada aos princípios modernistas ainda que a dimensão estético-academicista moldasse a forma urbana proposta. Desse modo, houve terreno fértil para a experimentação e a constituição de um laboratório de ideias que definiram a fisionomia da capital goiana entre 1930 e 1960. Pantaleão (2022) considera como a primeira fase da historiografia da cidade, em que sua construção levou a diversas modificações e/ou adaptações relacionadas às dinâmicas territoriais e às contingências históricas. Questões motivadas pela atuação de diversos agentes na produção do espaço urbano: o poder público, responsável pela ocupação e controle da área aprovada em 1938 e, posteriormente, ampliada em 1947; o proprietário fundiário, donos das terras localizadas ao redor do plano-piloto aprovado; o agente loteador, responsável

pela venda de terras a partir dos parcelamentos aprovados ou não pela prefeitura e o agente invasor, sendo aquele grupo social de baixo poder aquisitivo e caracterizado por ocuparem áreas públicas ou particulares e deflagarem parcelamentos clandestinos ou, posteriormente, reconhecidos pelo poder público.

A compreensão da forma urbana de Goiânia não se restringe às intenções contidas nos planos e definições da urbanística moderna, reforçando os atributos de cidade nova propostos por Trevisan (2020). Para o autor, ressalta-se o tempo, ou seja, a reflexão entre o desejo, a necessidade, o lugar, o profissional, o projeto e o tempo – genes que conformam seu DNA. Contudo, esse último atributo corrobora também para suas mutações, ou seja, a possibilidade de uma análise na perspectiva da “longa duração” (Braudel, 1969). Nas palavras de Trevisan (2020, p. 101):

[...] a cadeia dos seis segmentos é combinada pela coluna-vertebral do DNA: o tempo histórico (“tempo de longa duração”. Primeiro, um tempo revelador das condicionantes político-econômico-socioculturais de cada época. Segundo um tempo referencial da evolução histórica desse tipo urbanístico, sendo possível, a partir dele, visualizar as variações ocorridas no desejo, na necessidade, nos níveis de saber dos profissionais envolvidos, nos avanços tecnológicos que propiciam alterações nos tipos de projetos etc. Trata-se do tempo estruturador, unificador e diferenciador das CNs, a linha de constância do DNA.

O desejo, a necessidade ou função, além do lugar desencadearam um movimento de modernização com vistas a integrar o interior do país aos centros urbanos consolidados. Desse modo, a idealização de Goiânia e sua concretização são ressaltadas como acontecimento histórico calcado pelo desejo de modernidade, o qual se expressa pela concepção urbanística, arquitetônica e paisagística da cidade, respectivamente, conceitos do urbanismo moderno, escolha do estilo Art Déco para os edifícios públicos e inserção da natureza na fisionomia urbana pretendida, envolvida por *parkways*.

Em suma, o desejo de modernidade se molda pelas intenções políticas locais e nacionais – impulsionar o desenvolvimento regional e estimular a ocupação do interior do país, em que Goiânia assumiria o papel de cidade de fronteira. E, para que esse objetivo fosse atingindo, buscou-se profissionais capazes de expressar as ideias mais modernas e “cientificamente” necessárias para justificar a mudança da capital e todo o dispêndio dessa “aventura” ou “audácia de um herói”. Construiu-se, desse modo, a figura do interventor Pedro Ludovico Teixeira como um homem desbravador e disposto a dotar Goiás de um *tempo novo*.

A CIDADE CONSTRUÍDA: NARRATIVAS E TEMPORALIDADES ACERCA DO PATRIMÔNIO

A própria documentação histórica revela esse grande feito, quando em 1942, cinco anos depois da previsão legal, a cidade foi inaugurada por meio de um evento: o Batismo Cultural, ocorrido em 05 de julho, prontamente documentado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o

objetivo de veiculação e propagação dessa realização em pleno sertão. Em certa medida, pode-se dizer que esse evento, veiculado pelos meios de comunicação da época, despertaram olhares para Goiânia e promoveram não só um intenso processo migratório como também a atuação simultânea de diversos agentes na produção do espaço urbano. Isso demonstra a formação da cidade por meio dos aspectos elencados por Marx (1999): político-institucionais, econômico-fundiários e socioespaciais, sendo respectivamente, articulados aos agentes públicos, aos proprietários fundiários e agentes loteadores e aos agentes invasores.

Nesse sentido, a escolha dos profissionais não foi aleatória, mas como um meio de justificar e convencer a oposição e promover a viabilidade de sua construção – tanto do ponto de vista legal quanto financeiro. No entanto, outros personagens foram decisivos para a constituição da fisionomia urbana da Goiânia, em que pese a atuação político-institucional e, simultaneamente, econômico-fundiária dos irmãos Coimbra Bueno: de um lado assumiram a coordenação e supervisão das obras da nova capital; de outro, propagaram nos grandes centros as oportunidades de lucros a partir da aquisição de áreas na recém fundada cidade.

Vale ressaltar a atuação do Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP), órgão do Estado de Goiás, vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas e responsável pela construção da cidade entre as décadas de 1930-50, inclusive com prerrogativas de legislar sobre o espaço urbano recém-criado. Soma-se também a reconfiguração ou descaracterização da proposta de Atílio Correa Lima, renunciado pelo próprio ao apresentar, em 1943, suas impressões sobre Goiânia.

Guimarães (2022), ao relatar a ação judicial de Atílio Correa Lima contra o Estado de Goiás, menciona que a firma dos irmãos Coimbra Bueno realizou sistematicamente a divulgação do andamento da construção de Goiânia por meio do cinema, do rádio, da imprensa e revistas técnicas, suprimindo, inclusive,

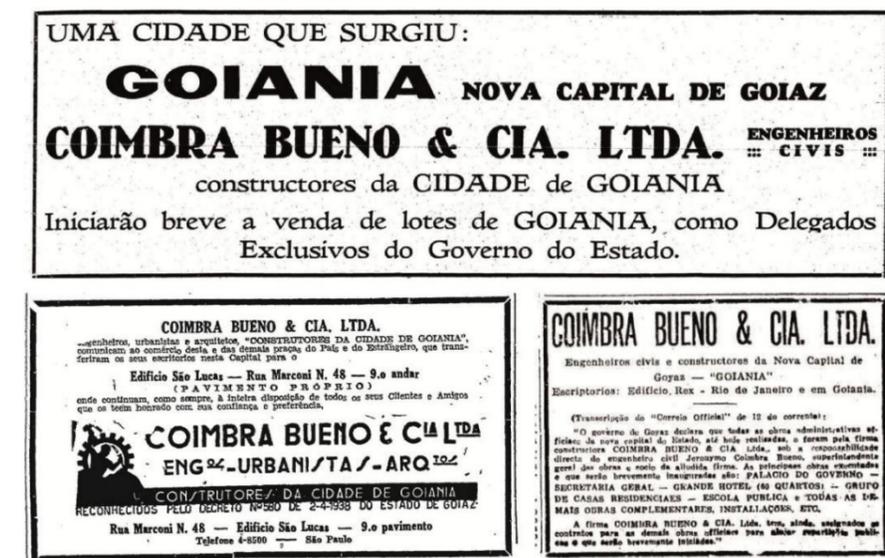


Figura 3: Divulgação de Goiânia pelos irmãos Coimbra Bueno em periódicos nacionais. Fonte: Acervo Seplanh.

Figura 4: Cartaz de divulgação de Goiânia, estimulando a compra de terrenos na nova capital em 1934. Fonte: Pantaleão, 2019.



o nome do arquiteto. Para isso, tem-se, por meio do decreto nº 4.941 de 1 de setembro de 1934, a criação do Departamento de Propaganda e Venda de Terras com o estabelecimento dos valores dos terrenos conforme sua localização e dimensões e dirimindo quem seriam os agentes atuantes na construção (loteamentos) e ocupação da cidade.

Propagou-se, desse modo, o discurso de uma cidade nova moderna e com perspectivas de melhoria das condições de vida, mediante propagandas oficiais e mediadas pela firma dos irmãos Coimbra Bueno, atestando-os como os Construtores da Cidade de Goiânia (figuras 3 e 4). No entanto, como assinala Daher (2003), os agentes produtores do espaço urbano possuíam diferentes objetivos na ocupação do território. Isso implicou no crescimento e na expansão urbana, alterando as premissas de ordenamento territorial do Estado sobre a ocupação e direção de crescimento da cidade, conforme recomendara Atílio Correa Lima e suas ponderações sobre a dinâmica urbana e distantes das premissas de Godoy quanto ao crescimento por meio de cidades-satélites.

Em consequência, em pouco tempo, a cidade teve seu perímetro ampliado, apontando disputas e dificuldades nas áreas não previstas inicialmente, enquanto o Setor Central seguia as orientações de Atílio (1933-35), pois na revisão do plano, em 1938, a proposta para a área central foi mantida e, depois, detalhada no decreto nº 90-A, já assinado pelos irmãos Coimbra Bueno com alteração do Setor Sul, incorporação do Setor Coimbra e inclusão de Campinas como bairro (figura 5).

Além do traçado urbano e parâmetros urbanísticos, foram definidos os edifícios administrativos compondo a Praça Cívica, ponto central da cidade, a partir da

Figura 5: Plano Geral de Urbanização de Goiânia: à esquerda, proposta de Atílio Correa Lima (1933-35) e à direita, reformulação pela firma Coimbra Bueno & Cia Ltda (1938). Fonte: Zárate e Veloso, 2015.



estética academicista do século XVIII: exaltação da perspectiva, simetria e relações espaciais que possibilitassem a distribuição desses edifícios. Em complementação aos edifícios administrativos, outros se fizeram necessários para viabilizar o funcionamento da cidade, tais como espaços de lazer – por exemplo o Teatro Goiânia, espaços para hospedagens – o Grande Hotel e edifícios educacionais, tais como Liceu, Grupo Escolar Modelo, Colégio Atheneu Dom Bosco, Escola Técnica Federal de Goiás. Esses edifícios moldaram a paisagem de Goiânia à medida que adotou-se o Art Déco como expressão de modernidade. Nesse sentido, buscou-se atender aos princípios que definem uma cidade: um certo número de habitantes (50.000), infraestrutura mínima (foram previstas as instalações de água e energia, além do sítio que demandasse menos alterações) e edifícios administrativos, residenciais, de serviços e comércios.

A Constituição Estadual de 1935 previu que a transferência da cidade ocorresse em até dois anos, fato ocorrido por meio do decreto nº 1.816 de 23 de março de 1937, mesmo que somente estivesse pronto o Grande Hotel.

A cidade efetivou-se nas décadas seguintes, atraindo imigrantes e investimentos que contribuíram para seu desenvolvimento urbano, levando à construção de



Figura 6: Estação Ferroviária de Goiânia (1957). Fonte: Foto de Tomas Somlo, IBGE, 1959.

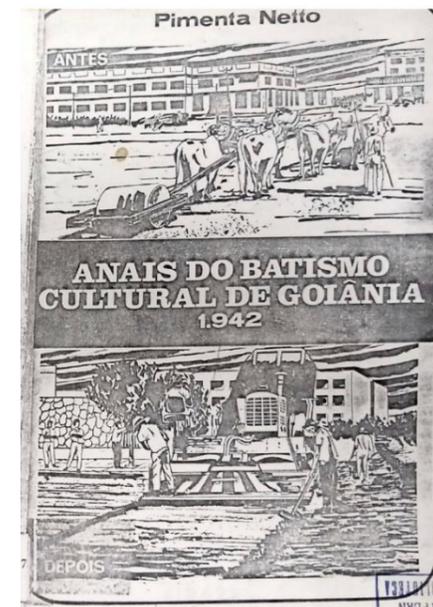


Figura 7: Capa do Anais do Batismo Cultural de Goiânia. Fonte: Acervo Seplanh

Figura 8: Inauguração do Pórtico da Exposição de Goiânia (1942). Fonte: Acervo IFG



uma estação ferroviária com a ampliação da linha férrea, localizada a norte da área central, sob a estética Art Déco (figura 6).

Campinas, cidade apoio para construção de Goiânia, teve sua paisagem alterada com diversos edifícios incorporando os traços do Art Déco em suas fachadas buscando alinhar-se às modernizações correntes. Isso demonstra de fato que o espírito da época e o desejo de modernidade orientaram a constituição da paisagem urbana e moldaram as primeiras transformações. Vale lembrar que esse estilo arquitetônico foi adotado como oficial e propagou-se em diversas cidades do país, conforme discute Reis (2014), preconizando uma “identidade nacional” do Estado Novo. Segundo o autor, a escolha do estilo enaltecia a arquitetura oficial que passou a ser a linguagem da cidade nova. Coelho (2019) sublinha as relações entre arquitetura e formas de poder que, muitas vezes, tornam-se patrimônio visto que passam a representar, na memória coletiva, elementos relevantes do passado com significado social, ainda que esses monumentos ou edifícios excepcionais expressassem o poder no espaço, em que prevalecem o próprio conceito de monumentalidade.

O autor, em consonância com Reis (2014), aponta a monumentalidade pretendida com a construção de Goiânia, tida como representante da prática urbanística do Estado Novo. A inauguração da cidade coincide com a da Escola Técnica Federal de Goiás, cujo pórtico, localizado “no fundo do edifício”, marcara a própria cidade face ao Batismo Cultural, realizado em 1942 (figuras 7 e 8).

Nas palavras de Coelho (2019, p. 90-91) ao explicitar as intenções do edifício educacional:

[...] impor o pensamento político e demonstrar a força do poder administrativo do Estado Novo [...]. A representação simbólica de um pórtico, de passagem para o mundo novo, fica clara na forma como são construídos e no local onde são implantados esses monumentos. A horizontalidade marcante do terreno e seu entorno, destacando a

verticalidade, a composição, a forma e os elementos decorativos são a caracterização clara do momento histórico e político por que passava o país.

Houve, desse modo, a clara intenção em definir um gosto estético dotado de significado: romper com as oligarquias rurais e promover a visão de uma elite urbana republicana em formação. Goiânia, portanto, como representante desse período carrega consigo o impulso modernizador e indica a atuação dos agentes públicos em definir a paisagem urbana. Seja pela escolha dos profissionais atuantes em sua configuração, seja na propagação da linguagem arquitetônica oficial ou pelas regulamentações de uso e ocupação do solo.

Resulta, pois, na configuração urbana em que o edifício é protagonista, ao enaltecê-lo no espaço, delegando ao habitante seu papel de observador. Ao mesmo tempo que a dimensão estética está presente na concepção urbanística de Atílio Correa Lima (Manso, 2001), as preocupações higienistas perfazem a legislação quanto à ocupação dos lotes: recuos frontais – adoção de jardins ao invés de alpendres e afastamentos laterais, aspectos retratados por Caixeta e Mendonça (2019). Todos esses elementos apresentam-se como inovações em contraponto com a forma urbana das cidades coloniais e demonstram as distintas temporalidades que expressam, de fato, o desejo de modernidade da paisagem urbana goianiense.

Esse modo de apropriação do espaço urbano se propaga e, tão logo, orienta a remodelação de Campinas e a constituição das residências dos moradores mais ilustres nos bairros aprovados entre as décadas de 1940-70. Por outro lado, em áreas ocupadas fora do planejado, assiste-se à construção de conjuntos habitacionais com elementos coloniais e a apropriação de elementos estilísticos na fachada como simbolismo de mudança, progresso, avanço tecnológico, refletindo aquilo que a população de menor poder aquisitivo almejava: vincular-se às transformações urbanas e a apropriação do desejo de modernidade. Por outro lado, o aprimoramento do *art déco* ocorre após período estadonovista e mediante a construção do Teatro Goiânia e da Estação Ferroviária, cuja ornamentação, escalonamento e formas curvilíneas apresentam-se mais exuberantes que as soluções dos edifícios da década de 1930.

Mesmo que a difusão do *art déco* tenha orientado a constituição da paisagem urbana de Goiânia, Coelho (2019) ressalta as diversas intervenções sofridas pelos principais edifícios desse período, mesmo sendo bens tombados nas três esferas (municipal, estadual e federal) e a alteração da paisagem que, até os anos 1960, prevaleceu pela horizontalidade pretendida com destaque aos edifícios *art déco* públicos ou privados. Caixeta e Mendonça (2021) apresentam o inventário dos bairros pioneiros da cidade e enaltecem o vínculo entre o espaço edificado, a paisagem e ambiência e sua coexistência entre eles na constituição da própria história urbana.

Sob essa perspectiva, observa-se o distanciamento entre as práticas preservacionistas e o planejamento urbano e regional, visto que o tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico de Goiânia pouco relaciona-se à ampliação

do conceito de patrimônio cultural e conservação integrada além de não abranger as demais expressões já assinaladas por diversos autores.

POLÍTICAS URANAS E OS DESAFIOS PARA A CONSERVAÇÃO INTEGRADA

As ações de preservação no Brasil são marcadas, em sua maioria, pela preservação de bens dotados de valor arquitetônico e/ou artístico, estético e histórico. No entanto, desde o último quartel do século passado, com as recomendações internacionais, o valor econômico e o de uso tem pautado os debates acerca das intervenções em áreas históricas. Castriota (2007) elenca aspectos que definem as práticas patrimoniais e, entre elas, destaca-se a conservação integrada em que há uma ampliação do conceito de patrimônio e uma aproximação entre com o planejamento urbano e regional. As preocupações com o entorno, a ambiência e o significado são agregados aos valores tradicionalmente considerados, tendo em vista o desenvolvimento urbano sem afetar a integridade do conjunto arquitetônico. Nesse sentido, o tombamento, deixa de ser um instrumento exclusivo para salvaguardar os bens, possibilitando que outros critérios e estratégias sejam adotados, em que sejam articuladas ações público-privadas.

Observa-se aqui os dilemas entre a salvaguarda dos bens e a noção de patrimônio enraizada nas cidades brasileiras e a ação do poder local, tendo em vista o crescimento e desenvolvimento urbano. Quanto a isso, tem-se a relação entre a manutenção das áreas históricas sem comprometer o desenvolvimento o que implica nas ações com distintos atores envolvidos no processo, uma vez que o planejamento urbano devesse abarcar as políticas patrimoniais. Soma-se também os desafios contemporâneos, como o rápido crescimento urbano, a globalização e as transformações sociais. Essa visão coloca a cidade como um ator central na história, onde as ações humanas moldam e são moldadas pelo ambiente urbano (Magalhães; Brandão, 2023). A ênfase na transformação indica a natureza evolutiva das cidades ao longo do tempo, sendo um ponto de convergência entre as práticas patrimoniais e o planejamento urbano.

Araújo (2012) corrobora com essas reflexões ao destacar o número de atores interessados e envolvidos, uma vez que a conservação passa a ser entendida como um processo social, isto é, relacionada a dinâmicas espaciais e temporais específicas. Emerge, portanto, a correlação entre as políticas culturais mais democráticas com a valorização do patrimônio em sua dimensão urbana. Para tanto, coloca-se em discussão a noção de valor que perpassa uma dimensão econômica, tendo em vista a utilidade de determinados objetos e, mais recentemente, o valor de troca, à medida que agrega-se a ideia de mercadoria, aproximando determinadas ações em interesses econômicos e políticos. Com isso, conclui-se, conforme aponta Araújo (2012), que os desafios para a conservação estão mais atrelados ao contexto do que aos bens em si, visto que é uma [...] complexa prática social, incluindo aí outros fatores existentes [...]” o que aponta a compreensão de como os valores são atribuídos ou, em outras

palavras, quais são os objetivos e estratégias adotados tendo em vista sua manutenção como prática social.

Mediante o exposto, apresentam-se algumas reflexões sobre as práticas patrimoniais em Goiânia, tendo em vista a fragilidade das legislações locais quanto às ações necessárias para a conservação de seus bens, sejam aqueles priorizados pelo poder público e as demais manifestações presentes no espaço urbano. Parte-se do entendimento que as definições dos projetos elaborados para a área central da cidade pautaram-se no diagnóstico do esvaziamento do Centro, sendo um valor econômico, em detrimento as demais abordagens possíveis.

Ao revisitar os documentos históricos, observa-se que Goiânia foi idealizada entre 1933-1938 e sua efetiva formação é do início dos anos 1940, quando houve o batismo cultural, em 1942, levando a diversas camadas para a formação de sua tessitura urbana. A historiografia de Goiânia é datada pelo batismo cultural, ocorrido em 1942, e pelo lançamento de uma publicação para reforçar seu papel e oficializar sua história. Em 2003, juntamente com os documentos de sua fundação, ocorreu o reconhecimento desse discurso por meio do tombamento federal. No entanto, é preciso refletir de que modo a história oficial se apresenta e como Goiânia tornou-se uma referência para a urbanística moderna, apesar dos efeitos colaterais dessa modernização: as transformações e as diversas temporalidades presentes na paisagem socialmente construída.

Guimarães (2019) apresenta a constituição de Goiânia por três temporalidades: a cidade idealizada, a cidade construída e a cidade apropriada. Em sua pesquisa, o autor aponta a formação da paisagem urbana por meio de uma trama discursiva moldada por inúmeros agentes, evidenciando o alinhamento da idealização da capital com os debates urbanísticos correntes, endossando o discurso de modernização, fato reforçado pelo Dossiê de Tombamento e em complementação à abordagem historiográfica iniciada por Monteiro (1938). Para Guimarães (2019) a vasta produção de relatos sobre a construção da nova capital indica a necessidade de reconhecimento e atestar uma cidade estabelecida a partir de seus princípios norteadores.

A construção da cidade, per se, não foi um fato pacificado e tampouco facilitado, tendo em vista os poucos recursos disponíveis para sua construção. Nesse sentido, coloca-se em pauta se o *desejo de modernidade*, tão articulado à construção da cidade, efetivou-se de fato nos anos 1960 quando observa-se a consolidação de vários bairros da cidade e a incorporação da linguagem moderna, seja pela verticalização de algumas partes e/ou atuação de profissionais oriundos de outras cidades.

Tem-se, portanto, o corolário da própria modernidade pretendida: a cidade construída distancia-se da idealizada, isto é, a existência de outras temporalidades pertinentes à própria configuração da paisagem urbana da cidade, mas pouco documentada e reconhecida como parte da memória coletiva. São coexistências incrustadas no território que repercutem em sua

história, reafirmando a cidade como um campo de tensões entre distintos atores para além da ideia de artefato.

Essas leituras estão afinadas com as diferentes concepções de patrimônio que perpassam pelo estudo das memórias de pioneiros e antigos moradores, dos profissionais envolvidos correlacionados ao planejamento da cidade e sua efetiva materialização no território. Significa compreender a formação de Goiânia sob um espectro mais amplo tendo em vista a própria análise urbana, a fim de caracterizar suas permanências e transformações.

Persiste ainda a importância dada ao processo de tombamento como recurso da prática de preservação com pouca articulação a outros instrumentos e, especificamente, em se tratando de bens materiais, no âmbito arquitetônico, exalta-se a ideia de monumento e menos a articulação urbana. Especificamente, no caso de Goiânia, o Dossiê de Tombamento reforça a história heroica de construção da capital tendo em vista os documentos anexos ao processo. Ainda que percorra a formação urbana da cidade, pouco explicita reflexões de conservação integrada, pois o tombamento, ainda que em conjunto, considera cada um dos 22 bens imóveis, como elementos isolados, ainda que estejam contíguos e localizamos no núcleo pioneiro.

O inventário urbano, como instrumento de interpretação e diagnóstico, possibilitaria uma articulação com ações do planejamento urbano, sendo discussões presentes nas Cartas Internacionais mais atuais que, muitas vezes, estabelecem relações e o reatamento da cultura no ambiente construído e seu papel na formação da identidade local, por meio da conservação integrada. Conceitos como estes ampliam as possibilidades de salvaguarda do patrimônio cultural edificado e sua inserção no tecido urbano, visando, não apenas o “congelamento” do edifício mais sua integração e atualização na dinâmica da cidade.

Nesse sentido, os lugares de memória a luz das reflexões de Nora (2012) poderiam tangenciar as reflexões acerca da historicidade da cidade, permitindo compreender os fatos históricos que culminaram em rupturas, continuidades ou transformações da fisionomia da cidade por meio de periodizações, além de considerar a dimensão imaterial que é própria da formação de uma cidade. Nesse sentido, os migrantes pioneiros que ocuparam áreas adjacentes ao plano original e os espaços ali constituídos, seja por meio da oralidade desses moradores, possibilitariam compreender a gênese de formação da cidade e sua complexidade.

Trata-se de uma abordagem do patrimônio cultural edificado como paisagem. Um sistema de signos e símbolos interdependentes e passíveis de leitura, em que o conjunto sobrepõem o objeto isolado, revelando especificidades das várias camadas históricas que constituem o espaço urbano. Desse modo, o inventário urbano ultrapassa sua função inicial de catálogo, como ocorre com o tombamento, e passa a atuar como diagnóstico, considerando aspectos da

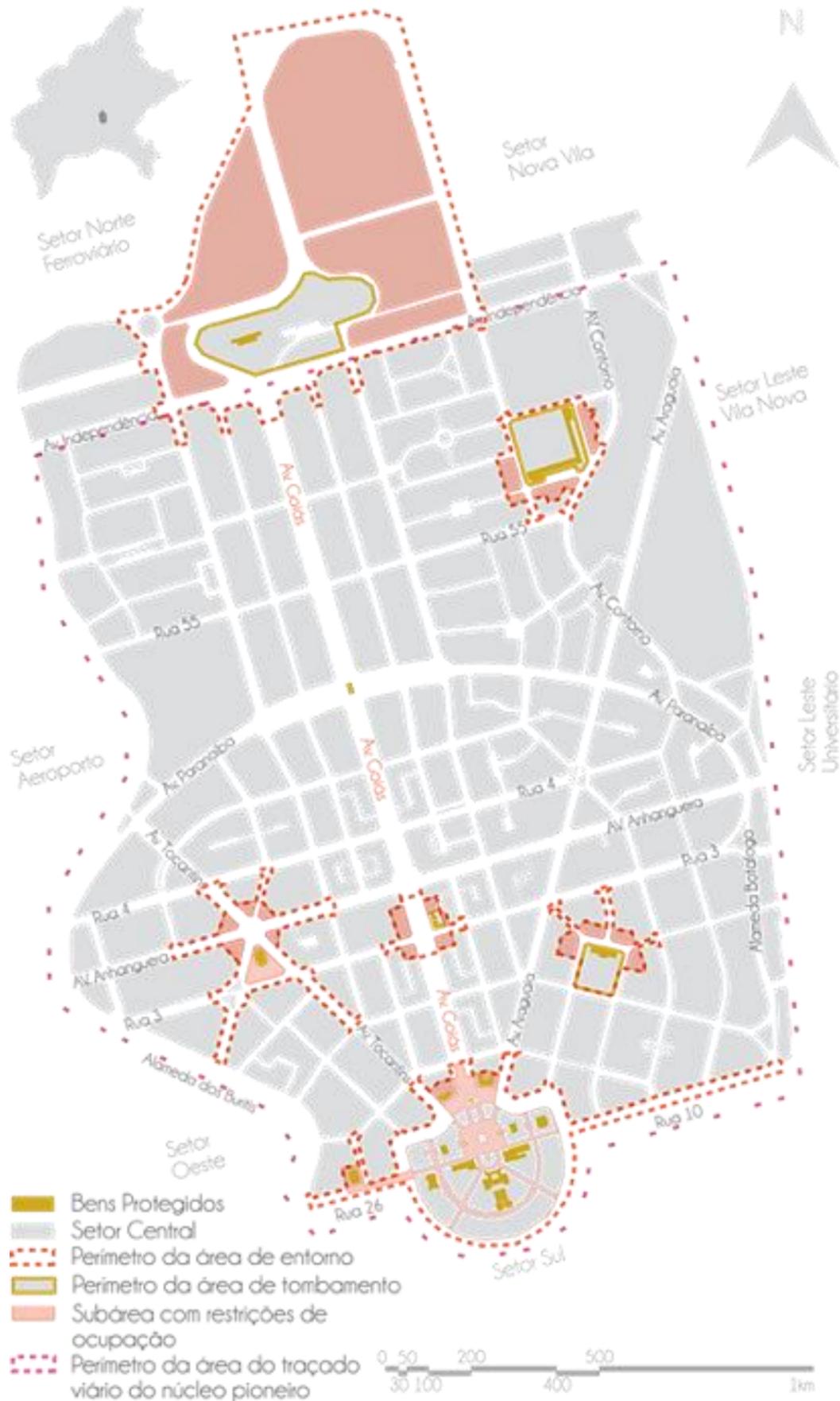


Figura 9: Bens tombados e constituintes do conjunto Art Déco de Goiânia. Fonte: Valim, 2018.

urbanidade que, até então, eram ignorados pelas ações do planejamento urbano.

Em 2000 foi estabelecido, pela prefeitura de Goiânia, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAM, o grupo de trabalho GEOCENTRO (Grupo Executivo de Revitalização do Centro), cujo objetivo estava em definir ações e projetos de revitalização da área central. Entre outros, foram elaborados: o projeto Cara Limpa, o concurso de revitalização da Avenida Goiás e o tombamento a nível federal do conjunto *Art Déco do núcleo pioneiro e do traçado inicial da cidade* (figura 9).

Ao analisar o dossiê de tombamento, observa-se que há pouca articulação entre a proposta de tombamento do traçado pioneiro e os bens imóveis uma vez que esses são apresentados em separado, em que constam o bem protegido, o perímetro da área de tombamento, o perímetro da área do entorno e a subárea com restrições de ocupação. Ao especializar esses componentes, nota-se que não são observadas as continuidades e outras expressões culturais seja nas subáreas ou nos intervalos entre elas. Um exemplo ocorre ao longo da Avenida Anhanguera, que desempenhou papel de estruturação urbana, pois era a principal via de ligação com Campinas, cidade que serviu de apoio para construção da nova capital, sendo parte do traçado tombado

No entanto, entre os bens imóveis essa articulação não se efetiva e tampouco são consideradas as demais manifestações culturais que demonstram a heterogeneidade de ocupação da cidade, reverberando inclusive a migração e a dinâmica de diferentes heranças culturais presentes na paisagem urbana. Por exemplo, tem-se o núcleo pioneiro apresentado, limitado ao plano proposto por Atílio, excluindo-se, por exemplo, a formação do Setor Leste Vila Nova, localizado a leste do Parque Botafogo e que definiu, em grande parte, o lócus de moradia dos operários que atuaram na própria construção do núcleo pioneiro.

Diniz (2022) menciona o programa de Unesco (2019) de preservação de paisagens urbanas históricas como orientador aos órgãos locais para gerenciamento do seu patrimônio histórico, cultural e urbano. Em suma, o objetivo do *World Heritage Cities Programme* é desenvolver um marco teórico para a conservação do patrimônio urbano e prestar assistência aos órgãos públicos em sua implementação por meio de abordagens práticas. Para tanto, a autora aponta as contribuições da morfologia urbana, pois trata-se da compreensão da cidade em sua longa duração história, tendo em vista as camadas e processos que perfazem sua fisionomia. Para tanto, o mapeamento das distintas regiões morfológicas pode oferecer instrumentos de análise e leitura das dinâmicas urbanas, uma vez que este conceito permite reconhecer os padrões de estrutura histórico-geográfica da paisagem urbana.

A análise urbana possibilita uma investigação e caracterização das áreas propensas a intervenções urbanas à medida que possibilidade compreender a complexa construção histórico social do espaço urbano. Desse modo, como observa Cardone (2019), trata-se de uma ferramenta de diagnóstico capaz de

apreender a forma urbana ao longo do tempo, em que pese as dimensões espaço temporais e a atuação social sobre o próprio espaço.

Observa-se, desse modo, as possibilidades de ampliar e complementar o Dossiê de Tombamento, mediante a incorporação de tais ponderações nas políticas urbanas que, por sua vez, abarquem também a dimensão patrimonial. No entanto, a revisão da legislação urbana do município, aprovada em 2022, não apresenta contribuições que assegurem as práticas de conservação da cidade. Ao contrário, assiste-se às rápidas transformações dos bairros da cidade em prol do mercado imobiliário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se apresentar os desafios da conservação urbana dada a ampliação do conceito de patrimônio e como a gestão urbana abarca as práticas patrimoniais. O objetivo consistiu em demonstrar a necessidade de adotar e definir políticas urbanas que visem a salvaguarda das áreas históricas sob o espectro da análise urbana e da leitura da paisagem como meios de possibilitar uma maior articulação dos bens tombados ao cotidiano cidadão.

A pesquisa atesta a amplitude do Dossiê ao abarcar não apenas os vinte e dois edifícios listados, mas por considerar a circulação de ideias e a dimensão paisagística do projeto proposto por Atílio Correa Lima e os elementos de mobiliário urbano e decorativos presentes nos edifícios públicos e revelam as contingências históricas de formação da cidade. Nesse sentido, destaca-se a importância de somar a essa proposta, a análise do Centro Expandido que estabelecem essa *outra cidade* em contraponto às tratativas de identidade por meio do reconhecimento do conjunto *Art Déco*, visto que estes limitam-se a indicar o *desejo de modernidade* de uma cidade nova, mas insuficiente para abranger as diversas manifestações que conformam a paisagem urbana heterogênea própria dos sujeitos e representações sociais que lhes atribuem significado.

Entre a *cidade-ideia* ou idealizada e a *cidade-construída* tem-se um hiato quanto aos agentes atuantes na produção do espaço urbano que foram determinantes para moldar distintas regiões morfológicas: além da ocupação de áreas fora do plano original, no núcleo pioneiro outras expressões arquitetônicas ocorreram, demonstrando diversas representações sociais que moldaram a paisagem de Goiânia. Observa-se, nesse sentido, a formação da paisagem urbana da área central pela sociedade civil por meio da arquitetura residencial e somadas às áreas projetadas e ocupadas fora do plano original como mutações do DNA de uma cidade nova (TREVISAN, 2020).

À guisa de uma conclusão e futuros desdobramentos de pesquisa, a história oficial de Goiânia, a expressão de modernidade e a antítese às características coloniais da antiga Capital moldam o próprio Dossiê. Essa constatação apoia-se no fato de que as duas cidades estiveram em voga: a cidade de Goiás por ser considerada patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO em 2001 e, logo

em seguida, a solicitação da municipalidade pelo tombamento do conjunto Art Déco.

O discurso do documento reforça as permanências e pouco elucida as transformações urbanas próprias de uma cidade planejada e suscetível a adaptações à medida que houve mudanças do traçado proposto, pela demolição de conjuntos arquitetônicos ou ainda pela verticalização de determinados pontos do centro e a formação de outras áreas que perfazem o *desejo de modernidade*.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, E. F. de L.; AMARAL, C. V. de L. Estruturas invisíveis de segregação na Região Metropolitana de Goiânia. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 36, nº 89, 2019.
- ARAÚJO, Guilherme Maciel. Os valores do patrimônio cultural. Uma contribuição teórica para as políticas de conservação. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 145.00, Vitruvius, jun. 2012 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4387>>
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Ed. perspectiva, 1969, p. 1-296.
- CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira et al. Goiânia, cidade nova, patrimônio recente: a arquitetura residencial como elemento da paisagem do núcleo Pioneiro. **Revista Jatobá**, v. 1, 2019.
- CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira; MENDONÇA, Dafne Marques (coord.). **Arquitetura Residencial em Goiânia: décadas de 1930 a 1970**. Goiânia: Iphan, 2021.
- CARDONE, Sergio. Operative tools for new approaches towards urban conservation. **Professionalism in the Built Heritage Sector**. [s.l.]: CRC Press, 2019.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In: **Fórum Patrimônio: amb. constr. e patr. Sust.**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, set./dez., 2007.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp; Estação Liberdade, 2001.
- COELHO, Gustavo Neiva. **A estética do poder e da modernidade: arquitetura art déco em Goiânia**. Goiânia: Editora Trilhas Urbana, 2019.
- DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.
- DINIZ, A. **Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política**. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- DINIZ, A. **Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932 a 1935): Ideal estético e realidade política**. Nega Lulu Editora, 2021.
- DINIZ, Mariana Pizzo. Políticas de conservação urbana: uma abordagem morfológica para a preservação da paisagem histórica. **Revista Thêma et Scientia**, v. 12, n. 2E, p. 284-307, 2022.
- GUIMARÃES, Leonardo Dimitry Silva. **Ideia, obra e concretude: representações na construção de Goiânia**. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

MAGALHÃES, Mário Luis Carneiro Pinto de; BRANDÃO, Luiz Sérgio Macedo Mota. Choay e o destino da cidade: clássicos para um combate. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo** | Paranoá 35 Itinerários intelectuais de Françoise Choay | Ago/Dez de 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n35.2023.01>.

MANSO, C. F. A. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea**: um certo olhar. Goiânia: Publicação do Autor, 2001.

_____. **A URBS e os seus problemas**: uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy. 2018. 448 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MANSO, C. F. A. [org.]. **Goiânia Art Déco**: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. A QUEDA DE BONFIM E A ESCOLHA PRÉVIA DE CAMPINAS. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 2, n. 2, p. 175-189, 2009. Acesso em: 07 nov. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 07 nov. 2023.

PANTALEÃO, S. C. Bairros como elementos de estruturação urbana em Goiânia: análise historiográfica e fontes documentais. **Paranoá**, [S. l.], v. 1, n. 33, p. 1–21, 2022. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.18. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/41005>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 158, 2020.

REIS, Marcio Vinicius. **O Art déco na Obra Getuliana**. Moderno antes do Modernismo. São Paulo: FAU/USP, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), 2014. 278 p.

RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

RICOEUR, Paul. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. **Kriterion**: Revista de Filosofia [online]. 2012, v. 53, n. 125 [Acessado 08 novembro 2023], pp. 299-310. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-512X2012000100015>>. Epub 23 Ago 2012. ISSN 1981-5336.

SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TREVISAN, R. **Cidades novas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

ZANCHETTI, S. M. Conservação Integrada e planejamento urbano: uma revisão. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 19, n. 1, 2003.





anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA



anos
fundação
da cidade

REVISTA NÓS

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

Laila Beatriz da Rocha Loddi Título:
Título: Grande Hotel I
Técnica: Dobradura sobre fotografia
Dimensões: 45x55x5 cm
Data: 2023